

PEDRO EDUARDO PINHEIRO ANTUNES DE SIQUEIRA  
Mestre em Direito Público pela UERJ. Professor de Direito Processual  
Civil da EMERJ. Professor da Pós-Graduação da Escola Superior de  
Advocacia Pública e de Tutelas Diferenciadas da UERJ. Professor de  
Direito Processual Civil da UNESA

## A COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL

Renovar

Rio de Janeiro • São Paulo • Recife  
2006

**347.953(81)**  
**S618c**



S310c

Siqueira, Pedro Eduardo Pinheiro Antunes de

A coisa julgada inconstitucional / Pedro Eduardo Pinheiro Antunes de Siqueira. - Rio de Janeiro: Renovar, 2006. 227 p. ; 21 cm.

ISBN 85-7147-547-4

1. Direito constitucional - Brasil.- I. Título.

CDD 346.8101

**347.953(81)**  
**S618c**



## SUMÁRIO

Resumo	XV
Prefácio	XVII
Introdução	1
<u>1ª Parte</u>	
1. Estado de Direito, Legalidade e Separação de Poderes	13
1.1. Estado de Direito	13
1.2. Princípio da Legalidade	16
1.3. Princípio da Separação dos Poderes	22
2. A Constituição e o Controle de Constitucionalidade	29
2.1. A Constituição	29
2.2. O Controle de Constitucionalidade	31
3. Coisa Julgada, Segurança Jurídica e Justiça	39
3.1. Segurança Jurídica	39
3.2. Justiça	47
4. Coisa Julgada, Proporcionalidade e Ponderação de Interesses	55
4.1. Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade	55
4.2. Ponderação de Interesses	62
<u>2ª Parte</u>	
5. Natureza da Coisa Julgada	69
6. Conceito e Doutrina da Coisa Julgada	73
7. Coisa Julgada Formal e Material	83
8. Limites Subjetivos e Objetivos da Coisa Julgada	89
9. Função Positiva e Função Negativa da Coisa Julgada	93
<u>3ª Parte</u>	
10. A Tese de Paulo Otero	97
11. A Tese de Cândido Rangel Dinamarco	101
12. A Tese de Humberto Theodoro Júnior	103
13. A Tese de José Augusto Delgado	107
14. A Tese de Ivo Dantas	111
15. A Tese de Francisco Barros Dias	115
16. A Tese de Teresa Arruda Alvim Wambier e José Miguel Garcia Medina	119
17. A Tese de Carlos Valder do Nascimento	121
18. A Tese de Alexandre Câmara	127
19. Nossa Posição	133

**347.953(81)**  
**S618c**



<u>4ª Parte</u>	
20. Ação Rescisória	145
20.1. Origem	146
20.2. Cabimento	146
20.3. Natureza Jurídica e Procedimento	147
20.4. Violação à Constituição	149
20.5. Antecipação de Tutela em Ação Rescisória	152
20.6. Prazo	161
21. Embargos à Execução	165
21.1. Origem	165
21.2. Natureza Jurídica e Procedimento	168
21.3. Inexigibilidade do Título Executivo Judicial	170
22. Mandado de Segurança	177
22.1. Origem	177
22.2. Natureza Jurídica e Requisitos	181
22.3. Prazo	183
22.4. Mandado de Segurança Contra Decisão Judicial	188
22.5. Liminar	196
23. <i>Querela Nullitatis</i>	199
23.1 Origem	199
23.2. Natureza Jurídica e Procedimento	202
24. Conclusão	209
Referências Bibliográficas	217

**347.953(81)**  
**S618c**

